

ram para a geografia, a botânica, a zoologia e tantos outros domínios da realidade brasileira. Teodoro Sampaio, com seu famoso *O Tupi na Geografia Nacional*, se lhe carecia formação científica para um trabalho satisfatório segundo os exigentes padrões modernos, realizou, em todo caso, trabalho de inegável mérito, através do qual deixou bem clara a extraordinária difusão de designativos de origem tupi por todos os recantos do País. Mas indiretamente contribuiu também para que, por longo tempo, não se levasse na devida conta a importância de outros falares na formação dos topônimos. Pouco a pouco, no entanto, as distorções vêm sendo corrigidas. Entre outros, possuímos um estudo de Francisco S. G. Schaden sobre denominações kaingang na geografia brasileira, por onde se vê que estas não são nada raras nos estados meridionais. E temos o volume sobre *Toponímia Brasílica*, do General Levy Cardoso, que, a par de muitas denominações geográficas provenientes do bororo, arrola e interpreta grande número de outras, de fonte karaíb e aruá. Está no prelo, a ser lançada pelo Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo a tese do Professor Carlos Drumond sobre topônimia bororo no Mato Grosso. Neste livro se analisam mais de duzentos designativos bororo de rios, córregos, montes e outros acidentes da paisagem. Outros, como os de origem kariri, que parecem ser freqüentes em vasta região da corografia nordestina, não foram ainda submetidos a exame sistemático.

Romão da Silva remata o seu pequeno trabalho com um parágrafo sobre o estágio atual dos estudos, que, com acerto, caracteriza como o universitário. Com efeito, não se pode deixar de reconhecer que a criação, há pouco mais de trinta anos, da primeira cátedra de Tupi-Guarani, em uma universidade brasileira, e foi a de Plínio Ayrosa em São Paulo, valeu por um impulso decisivo para a renovação do interesse pela lingüística indígena em nossa terra. Mas, ainda aqui, cumpriria não restringir-se a esse e a outros pioneiros de grande mérito, mas assinalar também as tendências modernas que, em vários centros universitários, tornam-se cada vez mais vigorosas. Nem se deveria omitir o fato, bastante significativo, de que há vários anos a antiga cátedra de Tupi-Guarani da Universidade de São Paulo foi substituída por outra, mais ampla, de "Línguas Indígenas do Brasil", de acordo, aliás, com a orientação que, nos últimos anos de sua vida, o titular daquela se esforçava por imprimir às investigações que patrocinava. — EGON SCHADEN

**ALENCAR, José de — Iracema — Lenda do Ceará.** Edição do Centenário (Edição crítica, organizada por M. Cavalcânti Proença), Rio de Janeiro. Livraria José Olympio Editora, 1965.

Por ocasião do centenário da publicação de IRACEMA, de José de Alencar, a Livraria José Olympio Editora entregou ao público uma edição comemorativa deste romance, dedicada tanto ao leitor comum quanto ao estudioso de Letras, que com espírito universitário se dedique à pesquisa. Contam-se aí trabalhos de M. Cavalcânti Proença, seu organizador, de Rachel de Queiroz, Augusto Meyer, Agríppino Greco, José Aderaldo Castello, Cândido Jucá (filho), Brito Broca e Plínio Doyle. Em nota inicial, o organizador diz que procurou na estruturação dos trabalhos, "delinear um panorama geral que traduzisse, através da evolução da crítica, a caminhada desse romance, ao longo de uma existência centenária, até a posição que hoje ocupa na história da ficção nacional." (p. XVI).

Consta a primeira parte de uma introdução crítico-filológica e do estabelecimento do texto crítico do romance, por M. Cavalcânti Proença. Através de

um cotejo exaustivo das três primeiras edições, de 1865, 1870 e 1878, das edições do Instituto Nacional do Livro, de 1948, e da Livraria José Olympio Editora, de 1951, buscou-se "principalmente, pela análise de cada período em que a pontuação discrepa mais acentuadamente das normas atuais, e, mesmo, da de escritores contemporâneos do autor, distinguir ou restabelecer o ritmo alencariano" (p. 14), assim como apresentar a justificativa da escolha da terceira edição, a última em vida de Alencar, como edição básica. Para conseguir o máximo possível de fidelidade à intenção original, é corrigida inclusive a terceira edição, no caso em que as construções diferem do que se pode considerar característica constante da prosa do Autor, e que poderia ter escapado mesmo a seus olhos na terceira revisão. Visa-se, assim, à uniformidade sobre-tudo da pontuação e ortografia, num modelo de trabalho crítico e estudo minucioso. O texto do romance vem acompanhado da carta e notas à primeira edição, "Pós-escrito" à segunda, além de notas de rodapé documentando a ortografia, termos e construções que difiram nas três primeiras edições.

O resultado de todo esse trabalho introdutório, aparentemente árido, quando lido cuidadosamente, é o preparo do espírito do leitor para o gôzo, em toda a plenitude, da majestosa prosa de Alencar. Sem esse estudo meditado, ela poderia parecer-nos artifical, retórica ou imponente demais. O preparo filológico, porém, tem o condão de ir sub-repticiamente abrindo as portas de nosso espírito, talvez embrutecido demais pela vida super-civilizada e materializada de nosso século, rasgando-o para a captação da poesia. Cria-se desta forma o estado de espírito que nos reintegra na atmosfera da criação alencariana. Saliente-se a extrema importância que uma leitura desse tipo apresenta para o estudante ou para o estudioso de Letras, habitualmente levados ao manuseio de edições populares, que, se exprimem o intuito louvável de tentar a divulgação de nossas grandes obras, pecam pelo descuido com que são preparadas, a começar pelos mais elementares erros de ortografia.

Após uma introdução biográfica, em que Brito Broca procura salientar principalmente fatos que tenham influenciado a criação indianista do Autor, e situá-lo num panorama histórico, com vistas à política da época, lemos, na segunda parte, "IRACEMA e os contemporâneos", os ensaios críticos surgidos por ocasião do lançamento do romance. Por sua vez, a leitura desses ensaios da época, que chegam a nos confundir com todos os seus vaivéns de reptos, réplicas e tréplicas, permite-nos sentir a atmosfera que cercava autores e críticos de então: as lides políticas, quase inseparáveis do exercício da literatura, transportaram para os círculos literários muitas das rivalidades e mesquinharias características do exercício daquela profissão, fazendo com que preconceitos pessoais interferissem em opiniões que deviam ser fundamentadas em juízos sólidos e imparciais. As querelas que se percebem nas entrelinhas dos referidos artigos (à exceção da extrema imparcialidade de Machado de Assis) chegam a ser quase pueris (como no caso de Antônio Henriques Leal) e não se casam absolutamente com as figuras que hoje pressupomos respeitáveis e venerandas dos conselheiros, senadores, deputados e outras ilustres personalidades que se dedicavam então ao cultivo das Musas e ao exercício literário. Mas até certo ponto o momento os justifica. Vive-se, por ocasião do lançamento de IRACEMA, um período em que a literatura reflete a situação política de um país recém-independente, que os "lusófilos" fazem questão de ligar pelo espírito a Portugal, ao passo que os escritores brasileiros tentam consolidar, com soberania, a nossa independência política e espiritual.

Coincidem, no sentido indicado, as críticas de Pinheiro Chagas e Antônio Henriques Leal, em atribuir a Alencar a falta de correção na linguagem, des-

cuidada, pela mania de tornar o estilo brasileiro diferente do velho português, quando deveria tomar por modelo tantos escorreitos escritores português! As acusações dos dois literatos motivaram as respostas de Alencar no "Pós-escrito" à segunda edição e no artigo "Questão Filológica", em que busca responder à altura, mas em tom de desagravo pessoal, ao mesmo tempo que vasculha tôdas as minúcias e deslizes do adversário, para incriminá-lo por esse lado. E imagine-se a fartura de argumentação de ambas as partes, num tempo em que as regras de gramática, ortografia ou pontuação flutuavam ao sabor dos clássicos! Nem sempre, porém, esta crítica se restringe às provocações, até certo ponto, inocentemente gramaticais. Ela chega a assumir um aspecto virulento com Franklin Távora, o inimigo mais acirrado de Alencar. Na carta III, sob o pseudônimo de Semprônio, de maneira arbitrária e insultuosa, acusa o Autor de haver atribuído a IRACEMA veleidades de "poema épico", depreciando-o em relação a Gonçalves Dias, Basílio da Gama e Santa Rita Durão. Nega-lhe ainda a cultura e o talento necessário para criar as personagens, acusando-o de uma expressão frouxa e de um estilo "alambicado", e atribui-lhe a exposição de idéias vis, por meio de "palavras indecentes" (p. 207). É este um exemplo perfeito do tipo de crítica da época, censurado por Machado de Assis, e implicitamente condenado em seus artigos reproduzidos nesta edição. Nêles, tece considerações de ordem geral sobre o marasmo editorial no Brasil, devido à falta de gosto no espírito público, fazendo com que obras do feitio de IRACEMA fossem acolhidas, senão com indiferença, pelo menos sem o "agasalho que uma boa obra daquelas merecia." (p. 186). Destas observações parte para a conclusão de que caberia à crítica orientar autores e leitores, influenciando o gosto e despertando as vocações. O estudo em que Machado de Assis se ocupa especificamente da obra é altamente elogioso, se levarmos em conta o tom habitual de extrema ponderação de sua crítica: prognostica para IRACEMA as glórias de obra-prima. Fundamenta suas observações, resumindo os principais episódios e as características das personagens de primeiro plano do romance. É um estudo sério, que precisa ser valorizado, tendo-se em vista o que se escrevia na época, quando, no dizer do próprio Machado de Assis, prevaleciam "o ódio, a camaradagem e a indiferença, essas três chagas da crítica" (CRÍTICA LITERARIA, Jackson Editores, São Paulo, 1946; p. 12), impedindo que se encarasse com seriedade a literatura.

Conclui-se a parte que engloba críticas de contemporâneos de Alencar, com a reprodução fac-similar do artigo de Juan Vicente Gonzalez, publicado na REVISTA LITERARIA de 1865, em Caracas, logo depois de lançada no Rio a primeira edição de IRACEMA. Faz o autor considerações gerais sobre o povo português e sua predestinação marítima, cita escritores nascidos nas "colônias", entre eles Alencar, desenvolve uma rápida análise de sua obra, terminando com a tradução completa do segundo capítulo.

Sob a designação "Atualidade de IRACEMA", reunem-se artigos de críticos de nossos dias. Procuraram todos eles, segundo o espírito que norteou o preparo da edição, valorizar do ponto de vista histórico e literário a obra de Alencar. Mas que diferença do tom de crítica exclusivamente laudatório ou insultuosamente depreciativo que percebemos entre os contemporâneos do Autor! Tomemos para exemplo os ensaios em que é estudado o aspecto formal de IRACEMA, tão controvertidamente debatido na época de sua publicação. Com que cuidado científico os críticos atuais fundamentam suas observações e procedem ao levantamento de exemplos! Com um título que nos desperta a curiosidade, "Transforma-se o amador na coisa amada". M. Cavalcânti Proença dedica-se ao estudo estilístico da obra, registrando minuciosamente o emprêgo dos similes. É desta

superposição de pessoas e imagens que o ensaísta extraí o título explicativo para o romance. Faz ainda o registro de coincidências de imagens e de redação, com amplo material de literatura comparada, sem a tentativa, porém, de fixar o problema das influências. Segue-se um estudo dos símbolos e da expressão. Esse assunto é mais amplamente desenvolvido no trabalho de Cândido Jucá (filho), transcrita logo depois. Trata-se da tese que este último apresentou ao concurso ao Colégio Pedro II, um estudo do vocabulário, morfologia, taxionomia, sintaxe e fraseologia do romance, com exemplificação copiosa extraída dos clássicos portuguêses. Acham ambos os ensaístas que a linguagem de Alencar é produto de estudo e reflexão, e não de uma redação intempestiva e descuidada. Assim, Cândido Jucá (filho) observa que sómente após a publicação de IRACEMA, o Autor começou a admitir "o fatalismo da divergência luso-brasileira" (p. 332), passando a empregar certos modismos regionais, o que ainda não ocorre com a linguagem desta obra. Analisando-a "à luz da boa gramática portuguêsa", é levado a afirmar que "José de Alencar, não obstante ser autor brasileiro, esteve sólidamente ligado, pela forma de sua expressão, aos escritores que em Portugal também praticavam o Romantismo." (p. 396).

Procede-se ainda, nesta série, ao estudo da criação indianista de Alencar. Abre-a um estudo ligeiro de Rachel de Queiroz que, no tom característico de suas crônicas, busca explicar a extrema aceitação das criações do Autor junto às classes populares, bem como recorda episódios curiosos relacionados com a figura de seu ilustre parente. Os ensaios seguintes procuram valorizá-lo sob amplas perspectivas históricas e literárias. Recomendam seus autores a recuperação de um certo "estado de graça" literário, de certa beatitude adolescente, condição prévia imprescindível para a apreciação dos típicos heróis de cavalaria do Autor. A fascinação, que exercem sobre nós êsses tipos heróicos, é salientada por Agrippino Grieco, num estudo sobremodo elogioso, de admirador incontestável de Alencar. E o faz como um poeta: "E a doçura de alma de noiva que há na linguagem, linguagem bordada, filigranada, dos diálogos de Peri e Ceci! e a audácia das migrações de bandeirantes, a marcha bíblica através das florestas, a semeadura de cidades novas e o ventre das montanhas arrombado, qual numa terrível operação cesariana, pelos ensacadores de ouro e diamantes!" (p. 269). Ao lado da poderosa imaginação criadora de Alencar, aponta ainda Augusto Meyer uma certa discrepância entre conteúdo e forma, acentuando-se, no conjunto da obra, a concepção ingênua e por vezes inconsistente do entrecho. IRACEMA seria a exceção, pois nela a "tonalidade lendária não implica senão compromissos poéticos e gratuitos, de livre criação mística, com o seu conteúdo narrativo." (p. 260). Essa discrepância seria devida ao fato de nosso indianismo romântico, continua o ensaísta, só ter tomado alento com a influência do romantismo francês, não se tendo libertado entretanto da visão exótica que o europeu teve da terra americana. Daí o "sabor de novidade estranha ao que era prata de casa" (Augusto Meyer, p. 261), o que sómente em nosso século o Modernismo conseguiria superar. Isto não implica, entretanto, em depreciação do Autor. De modo geral, os estudos reproduzidos nesta terceira parte apresentam conclusões idênticas na explicação de um fenômeno próprio do momento histórico em que viveu Alencar: através de seus tipos heróicos, ele "criou a nossa única mitologia romanesca, suscitando essa mentira nacional sem a qual nenhum país vive e é a meia lenda de Guilherme Tell na Suíça e a meia lenda de Cid na Espanha." (Agrippino Grieco, p. 287).

Para que se chegue, porém, a conclusões de tal amplitude, é necessário proceder-se a um exame completo dos antecedentes literários — críticos, históricos e estéticos, — dos elementos afetivos e morais, como reflexo da personalidade

do escritor, que pesam de maneira considerável na concepção de sua obra. Este levantamento é feito minuciosamente por José Aderaldo Castello, que procura ainda equacionar o aparecimento do romance histórico-indianista de Alencar com a realização do poema *Os Filhos de Tupã*, cujo plano e argumento, recentemente divulgados, permitem ao ensaísta chegar a conclusões importantes: com efeito, fóra intenção do Autor criar, sob a forma de poema épico, um novo *Gênesis*: "da criação do homem, o americano, ao dilúvio universal; do repovoamento subsequente ao encontro com o invasor europeu; daí por diante, a gênese e a definição da nacionalidade brasileira." (p. 272). A partir de lendas e mitos universais, de que derivam tradições ameríndias, teríamos "a sondagem da formação da consciência nacional." (p. 273). E continua o crítico: "Reformulando uma interpretação romântica, admitimos, portanto, que elementos dispersos e diversos, quanto à origem e amplitude, eram retomados ao povo, apresentados sob a forma sintética da lenda ou do mito e assim revertidos à fonte originária como expressão legítima do reconhecimento da nacionalidade. É o que ocorre, finalmente, quando Alencar, não atingindo as proporções grandiosas daquela ambicionada visão épica das raízes do homem americano, se restringe à antevisão do princípio da nacionalidade brasileira."—(p. 273). Reduz-se este extenso plano inicial, portanto, ao panorama proporcionado pelos romances histórico-indianistas do Autor, para os quais são indicadas ainda como fontes literárias fundamentais a *Bíblia*, a poesia épica, com Homero, e o romance histórico do Romantismo. Sómente com os horizontes ampliados dessa forma, após a segura interpretação histórica e a criteriosa apreciação estética de *IRACEMA*, fundamentada na leitura global das realizações do Autor, torna-se possível a justa valorização da obra de Alencar como "uma prodigiosa perspectiva totalizadora, intuitiva e criticamente elaborada, do processo de nossas origens e desenvolvimento." (José Aderaldo Castello, p. 279).

Encerra-se o volume com pequena bibliografia de *IRACEMA*, levantamento de edições (106 consultadas e catalogadas), feita por Plínio Doyle. Lembremos ainda as notas de Wilson Lousada, as da Editôra, e dezenove ilustrações (fac-símiles, frontispícios e retratos). Sobretudo, destaquemos o "Louvado do Centenário de *IRACEMA*", especialmente composto por Manuel Bandeira, e as delicadas ilustrações de Poty, que muito valorizam a edição, do ponto de vista artístico. Nisto, concordamos com o organizador, ao afirmar que "o rigorismo de uma edição crítica não exclui obrigatoriamente a contribuição estética dos desenhos." (p. XVI).

O máximo proveito do conhecimento desta esplêndida edição, bem como a leitura conjunta de tantos artigos de épocas diferentes, possibilita-nos constatar, com satisfação, a maturidade evidente que atinge nossa crítica através de um século: das rivalidades pessoais e infantilidades sobre minúcias chega-se ao estudo sério e documentado. Mas, diga-se de passagem, sómente com as perspectivas históricas ampliadas, seria possível avaliar em toda a extensão a importância de Alencar como primeiro autêntico valor de nossa literatura e como representante das legítimas aspirações de um Romantismo ansioso por exaltar os valores nacionais em proveito da confirmação espiritual de nossa independência. Além do mais, é o prazer sempre renovado na leitura do ídilio de Iracema e Martim, reconduzindo-nos ao encanto e à magia das florestas e tribos idealizadas por Alencar, com aquela linguagem poética e majestosa que, não obstante as restrições que se possam fazer ao exaltado idealismo e por vezes à inverossimilhança de situações, fazem dêle o nosso maior prosador romântico.

Esperemos das editóras brasileiras a realização de outras edições críticas modelares como esta, feitas com a mesma seriedade, capacidade e carinho com

que a planejou o seu organizador, M. Cavalcânti Proença. Com muitas grandes obras conta atualmente a nossa literatura, à espera de que a atenção e o desvelo de críticos e editores delas se ocupem. — ALIETTE FONTANA.

SODRÉ, Nelson Werneck — *O Naturalismo no Brasil*, Rio, Civilização Brasileira, 1965, 248 pp.

A atividade intelectual de N. W. S. impressiona pelo número de obras publicadas, em espaço relativamente pequeno, evidenciando a luta constante de quem tem muita coisa a dizer e a combater e dispõe de pouco para fazê-lo. Sua capacidade de trabalho se diversifica em vários campos de ação — histórico, literário, social — onde divisa um rápido processo de transformação, desencadeado no passado por forças que continuam a atuar ainda hoje, movimentando as engrenagens da humanidade. É perceptível através de seus escritos certa pressa e também certa paixão, imprimindo um caráter polémico aos seus livros e apontando o escritor militante que precisa dizer o que sente e pensa, oferecendo apreciável colaboração para compreender a realidade brasileira por via das coordenadas universais. Por outro lado, essas características implicam necessariamente em imperfeições e repetições que vão obrigar N. W. S. a proceder à revisão de suas obras a fim de sanar pequenos defeitos, dando-lhe consistência ainda maior. Dentre as obras ultimamente publicadas e aí incluídas, encontra-se *O Naturalismo no Brasil*, que eu preferiria chamar de "estudos do naturalismo", título que define com mais propriedade os elementos tratados nesse bom trabalho que, partindo de Zola, iniciador do Naturalismo, passa por Eça de Queirós e chega ao Brasil, onde se acrescentam novos componentes que lhe imprimem uma diferente feição, segundo aponta o A.

*O Naturalismo no Brasil* principia por um apanhado geral das transformações políticas, sociais, científicas e filosóficas que abalaram a estrutura universal a partir da segunda metade do século XIX e determinaram a expansão-burguesa. E' quando surge o movimento literário do Naturalismo, como consequência das preocupações de uma arte com foros de científicismo e em oposição ao cansado romantismo.

Para situar a obra de Zola, nas relações com o meio e com a época, N. W. S. se utiliza de alguns paralelismos com outros autores e outras obras, buscando vê-la em suas múltiplas interrelações, porque "o desenvolvimento da obra do romancista francês" (...) "reflete o desenvolvimento do naturalismo" (p. 30). Ao influxo da dialética que o impulsiona, o A. verifica a importância de Zola em função das várias causas que afetaram a arte e a sociedade em geral, e modificaram o panorama social. Assim, o fenômeno literário se liga, inseparavelmente, à realidade social, o que faz do romancista um elemento que observa e reproduz com fidelidade e exatidão os aspectos da natureza, em especial os aspectos "horríveis" (p. 39), numa paciente e minuciosa elaboração, determinante do empobrecimento da arte naturalista que não sobreviveu em literatura a Zola, conforme a afirmação de N. W. S.

Depois de estudar o aparecimento do Naturalismo em Portugal, bem como as transformações por ele sofridas e operadas, verifica a importância que ele representa na literatura portuguesa a viver ainda os últimos suspiros do romanticismo oficial e oficializado, que teimava em persistir e desconhecer a realidade em processo de rápida transformação no resto da Europa.

Ao examinar os ataques feitos às obras naturalistas, o A. aponta os de fundo moral, sem dúvida de estreita moral, como os mais violentos e demonstra